

CONSTRUÇÃO DE UMA METODOLOGIA CIENTÍFICA VOLTADA AOS ESPAÇOS VIVIDOS DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS

CONSTRUCTING A SCIENTIFIC METHODOLOGY OF LIVING SPACES OF THE
'SOCIOTERRITORIAL' MOVEMENTS

Cláudio Jorge Moura de CASTILHO¹

RESUMO

Iniciamos a presente reflexão com a recolocação da questão da dívida da Ciência para com a sociedade. Em seguida, tratamos do desenvolvimento da construção de uma metodologia socioterritorialmente coerente com princípios da construção do bem-estar social. Posteriormente, ressaltamos o papel da geografia em uma metodologia socioterritorialmente coerente. Em seguida, destacamos práticas de assessoria aos movimentos socioterritoriais a partir da experiência das instituições públicas: MSEU-DCG-UFPE. Por último, como conclusão deste escrito, defendemos a restituição da idéia de uma Ciência que, de fato, seja capaz de contribuir à construção de uma metodologia efetivamente coerente com o entendimento e a explicação da natureza dos espaços vividos dos movimentos socioterritoriais, bem como das práticas de suas intervenções nesses espaços. A revisão da literatura sobre o assunto, com base em uma parte das reflexões teóricas e metodológicas encontradas em livros e artigos selecionados por nós, constituiu a principal fonte e material à realização deste trabalho.

Palavras-chave: Metodologia científica; Espaços Vividos; Movimentos socioterritoriais.

ABSTRACT

We began the present reflection with a review on Science's indebtedness with regard to society. Following this, we discuss the development of the construction of a methodology coherent with principles of 'socioterritorial' well-being. Subsequently, we highlight the role of geography in a methodology coherent with the citizen's space. After that, we point out the role of public institutions – like MSEU-DCG-UFPE – in 'socioterritorial' movement, promoting social learning and cooperation. Lastly, we concluded this study by defending the idea that Science must contribute to a methodology coherent with the comprehension and explanation of the nature of the living spaces within movements which have been found themselves in the situation of transforming their 'socioterritorial' reality. The literature about this subject, based on a part of theoretic and methodologic reflections found within books and scientific papers selected by us, provided the most important material and sources for this study.

Key words: Scientific methodology; Living spaces; 'Socioterritorial' movements.

¹ Professor dos programas de graduação e pós-graduação em Geografia e Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco. Coordenador do grupo de pesquisas Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU/UFPE). E-mail: claudio.castilho@pesquisador.cnpq.br e cjmc@ufpe.br

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O exercício de refletir sobre a construção de uma metodologia científica voltada aos espaços vividos dos movimentos sociais não é uma tarefa fácil, principalmente devido à complexidade, sobretudo, em termos da apreensão dos próprios movimentos sociais como objeto de pesquisa e intervenção. O que acontece graças à existência de diversas perspectivas em debate como, ao mesmo tempo, à própria dinâmica extremamente multifacetada e “incerta” dos movimentos sociais.

Essa tarefa ainda se torna mais árdua quando pretendemos executá-la a partir da contribuição de um campo do conhecimento científico como a geografia, que, tradicionalmente, tem sido entendido e exercido através de perspectivas mais ligadas à materialidade do que à simbologia dos processos sociais “transformadores” de espaços. Ainda que, neste último caso, já possamos contar com algumas reflexões que têm trazido contribuição interessante no que diz respeito ao aspecto simbólico das territorialidades dos movimentos sociais.

Tendo em vista essa dificuldade que, por outro lado, não nos impede de realizar a nossa tarefa, convém prosseguirmos o nosso raciocínio fazendo uma distinção entre metodologia e método. Consideramos metodologia como uma dimensão mais abrangente do trabalho intelectual, que se ocupa do conjunto dos procedimentos a serem utilizados pelo conhecimento científico, questionando os seus limites e as suas vantagens, tendo como meta, ao mesmo tempo, o conhecimento e a intervenção – ou não – na realidade. O método, por sua vez, refere-se ao conjunto de instrumentos e procedimentos utilizados à obtenção das metas pretendidas.

Todavia, muito longe de uma visão dicotômica, consideramos metodologia e método como duas dimensões intrinsecamente associadas entre si, fazendo parte, assim, do trabalho global do pensador. Parece-nos que esta nossa concepção aproxima-se da de Demo (1995) segundo a qual:

Metodologia distingue-se em nosso meio de Métodos e Técnicas, por estar em jogo no segundo caso o trato da realidade empírica, enquanto no primeiro existe a intenção da discussão problematizante, a começar pela repulsa em aceitar que a realidade social se reduza à face empírica. Não se trata de rebaixar Métodos e Técnicas a atividade secundária. Para o trato da face empírica são essenciais. Metodologia adquire o nível de típica discussão teórica, inquirindo criticamente sobre as maneiras de se fazer ciência. Sendo algo instrumental, dos meios, não tem propriamente utilidade prática direta, mas é fundamental para a ‘utilidade’ da produção científica. A falta de preocupação metodológica leva à mediocridade fatal. (Ibid., p.12)

É esta mediocridade que tem reduzido a atividade intelectual a uma mera especulação teórica, na medida em que não se considera a necessidade de pensar em métodos que contribuam realmente à operacionalização das teorias, dos conceitos e das categorias de análise escolhidos à realização das nossas atividades. Ou, por outro lado, a um mero ativismo instrumental de levantamento e descrição de dados e informações da realidade, mediante uma lógica formal empobrecedora. Isto quando não se avalia e considera em que medida os métodos são, realmente, úteis à elucidação da realidade em sua complexidade e totalidade na busca de intervenções coerentes com o processo de produção de espaços relacionados com a vida e as atividades dos movimentos sociais. Defendemos, por isto, uma prática de reflexões científicas que venham a indicar caminhos substanciais ao debate sobre a mudança das condições materiais e simbólicas de existência da sociedade como um todo.

Do contrário, os “cientistas” tornar-se-ão, segundo ainda esse mesmo autor, um *idiota especializado*. Não podemos deixar de acrescentar que, como argumenta Quaini (1983), o que continua alimentando a existência deste “idiota especializado” é:

[...] não somente a ignorância, mas também o substancial desprezo pela cultura e a história da cultura, que é típico do especialista para o qual a história da própria disciplina – não se confunde com a história da cultura e da ciência! – deveria reduzir-se a “uma espécie de folclore corporativo sob forma de distribuição dos prêmios: Fulano descobriu isto; sicrano demonstrou aquilo e, com tantas verdades assim acumuladas, esta ou aquela disciplina chegou à brilhante situação em que a vemos hoje, graças aos bons ofícios dos especialistas contemporâneos”. Diante desta concepção da história da geografia [ciência] – que, devendo separar-se da história da cultura e das ciências humanas e reduzir-se a uma especialização de uma especialização, não somente perde qualquer função epistemológica em relação à geografia, mas se torna também estritamente funcional para um sistema de ensino e de pesquisa amplamente identificável como um sistema feudal – é necessário insistir sobre os princípios que, embora com dificuldades, estão se afirmando na história das ciências humanas. (Ibid., p.11)

É insistindo sobre a necessidade da concretização dos princípios contextuais e éticos acima colocados que poderemos exercer “[...] um ato de confiança na possibilidade de construir uma geografia humana plenamente responsável diante destas tarefas e socialmente útil”. (Ibid., p.13) Nesta perspectiva, mas tratando da ciência de um modo geral, Demo (Op. Cit.) diz que seria importante que o pesquisador apresentasse, a partir de seus estudos, uma discussão que:

[...] deveria interessar a todos os que se colocam no horizonte da qualidade científica, seja como competência acadêmica técnica, seja como potencialidade política, no sentido de mudar a sociedade em

direções mais desejáveis. Construir ciências sociais não é pretender produtos acabados, verdades definitivas, mas cultivar um processo de criatividade marcado pelo diálogo consciente com a realidade social que a quer compreender, também para transformar. (Ibid., p.14) (destaque do autor)

Desse modo, reforçando esta idéia, no âmbito do debate que pretende encorajar uma prática de ciência que promova a criatividade e inovação no fazer a história, diz Alves (2005, p.72) que: “A ciência não progride quando os modelos (*artefato* construído pelo cientista) são confirmados pela investigação, mas quando certas anomalias forçam os cientistas a questioná-los”. É desse modo que a ciência consegue atualizar-se, continuando capaz de elucidar a complexa e multifacetada realidade social em sua totalidade.

Motivados pelo compromisso de reforçar esse debate, buscamos, neste texto, tratar dos encaminhamentos à implementação da construção de uma metodologia que, com métodos socialmente coerentes, seja capaz de contribuir para um debate profícuo sobre mudanças concretas das atuais condições existenciais dos espaços vividos dos movimentos sociais. Para isso, faz-se relevante a análise da natureza de diversas práticas e experiências de ocupação, apropriação e uso dos espaços pelos sujeitos sociais que se mobilizam, a partir dos seus próprios espaços de vida e atividades, no seu acontecer histórico. Daí a necessidade de se considerar a relevância da dimensão espacial dos movimentos sociais na sua dialeticidade e solidariedade, isto é, compreendendo o espaço como, palco, suporte, meio e, concomitantemente, como condição coletiva à realização daquelas práticas e experiências.

Com efeito, o espaço não constitui um mero receptáculo dos processos sociais, visto que esses processos não acontecem no ar, mas a partir de suas bases materiais as quais são, simultaneamente, construídas e usadas pelos diversos atores sociais, numa dinâmica permanente e movimentando-se em algum sentido. Desse modo, as suas ações são socioterritoriais e não meramente sociais, sendo, por isto que, na nossa visão, preferimos chamar esses sujeitos de socioterritoriais.

Não podemos, portanto, deixar de considerar a dimensão espacial das lutas sociais no processo de reflexão sobre a elaboração e, simultaneamente, a implementação de uma metodologia coerente com a formação de “novos” territórios ou, pelo menos, de territórios diferentes dos que conhecemos – que se apresentam com fortes desigualdades, dando as costas aos princípios que garantem relações sociais mais humanas – e isto na perspectiva de quitar nossa dívida para com a sociedade. É neste sentido, então, que reafirmamos a seguinte idéia:

O espaço construído e a distribuição da população, por exemplo, não têm um papel neutro na vida e na evolução das formações econômicas e sociais. [...] O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem uma tamanha imposição sobre o homem, nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem esses pontos, são igualmente elementos passivos que condicionam as atividades dos homens e comandam a prática social. A *práxis*, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana, é um dado sócio-econômico [*sic*], mas é também tributária dos imperativos espaciais. (SANTOS, 1982, p.18)

Iniciamos a presente reflexão com a recolocação da questão da dívida da ciência para com a sociedade; para, somente em seguida, tratarmos do desenvolvimento da construção de uma metodologia socioterritorialmente coerente, destacando, posteriormente, o lugar da geografia e dos geógrafos como professores e pesquisadores junto a instituições públicas nessa discussão. Por último, como conclusão deste escrito, defendemos a restituição da idéia de uma ciência que, de fato, seja capaz de contribuir à construção de uma metodologia efetivamente coerente com o entendimento e a explicação da natureza dos espaços vividos dos movimentos sociais, bem como das práticas de intervenção nesses espaços.

DÍVIDA DA CIÊNCIA PARA COM A SOCIEDADE

Pensamos que a ciência deve, na perspectiva de manter um compromisso, ao mesmo tempo, prático e ético ², cumprir, também, com o seu papel de procurar indicar soluções para os problemas sociais relativos ao ambiente, à pobreza, à desinformação, ao desemprego e à apatia política dentre tantos outros problemas não menos importantes que afligem as pessoas nos seus mais diversos espaços vividos, em todo o mundo. A este respeito ainda:

[...] talvez ela [a ciência] pudesse fazer a experiência de tentar encontrar seu sentido ao lado da bondade. Ela poderia, por um pouco, abandonar a obsessão com a verdade e se perguntar sobre seu impacto sobre a vida das pessoas: a preservação da natureza, a saúde dos pobres, a produção de alimentos, o desarmamento dos dragões (sem dúvida os mais avançados em ciência), a liberdade, enfim, essa coisa indefinível que se chama felicidade. A *bondade não necessita de legitimações epistemológicas*. Com Brecht, poderíamos afirmar: “Eu sustento que a

² A ética da qual estamos falando, aqui, confunde-se com a que foi apresentada por Paulo Freire em sua *Pedagogia da autonomia...*, isto é: “[...] falo da ética universal do ser humano [...], enquanto algo absolutamente indispensável à convivência humana” (2002, p.19-20).

única finalidade da ciência está em aliviar a miséria da existência humana". (ALVES, 2005, p217) (itálicos no original)

Trata-se, enfim, de exercer o humanismo nas ações humanas, organizando e controlando o mundo empírico para que o homem possa realizar suas experiências eminentemente humanas, reconhecendo-se, neste mundo – nos seus espaços vividos – como homem. É o que Quaini definiu, baseando-se em K. Marx, como “humanismo positivo”:

É este humanismo positivo uma das condições da geografia humana? Creio que sim. É a condição principal para que a geografia humana possa realizar sua vocação de “ciência subversiva”. Uma vocação que, como vimos, demorará a se realizar e que se verificará recuperando, ora mais ora menos conscientemente, principalmente as instâncias humanistas que do materialismo do séc. XVIII e, de modo mais geral, do iluminismo, se projetam no socialismo utópico e nas correntes filosóficas mais vitais do séc. XIX, como demonstraria, por exemplo, o exame da evolução histórica do problema da cidade e do antagonismo cidade-campo. (QUAINI, Op. Cit., p.56)

Quando a ciência volta-se, por exemplo, à questão da conquista de direitos sociais negados pela civilização em diversos lugares do mundo, podemos por este caminho propor soluções a vários problemas decorrentes dessa questão. É por esse motivo que, no contexto de necessidades práticas, levantamos o problema definido na seção anterior e procuramos investigá-lo na perspectiva da sua superação. Contudo, o que se tem presenciado, até os nossos dias é que:

[...] o produto tendencial das ciências sociais não é o enfrentamento dos problemas sociais na teoria e na prática, em favor dos desiguais, mas a fabricação competente de técnicas de controle social a serviço do grupo dominante, percebe [ndo-se] que a neutralidade é, sobretudo, útil. Útil ao cientista, porque lhe é cômodo desconhecer a imbricação com os fins enquanto pode viver à sombra e com a sobra do poder vigente. Sobretudo útil ao poder vigente, que aproveita das ciências sociais seu potencial ideológico. (DEMO, Op. Cit., p.24)

É desse modo que se forma o *idiota especializado*, que acaba, por sua vez, contribuindo para a permanência desta “ordem das coisas”. Nesta perspectiva, o que temos visto em muitas instituições de ensino e pesquisa em todo o mundo é a busca desenfreada por recompensas em termos de premiações, projetos aprovados junto a agências nacionais e internacionais financiadoras de pesquisa, convites recebidos para participação em eventos de grande projeção, promoção de eventos em busca de promoção pessoal, execução de programas medíocres de extensão muito diferentes das ações de comunicação teorizadas e praticadas por Paulo Freire ainda nos anos 60 do século passado etc., em detrimento da necessidade da reflexão acerca da utilidade social efetiva

do conhecimento que está sendo produzido muitas vezes sem sequer aproximar-se dos problemas identificados. Ao agir desta maneira, o cientista desvia-se do seu compromisso ético acima lembrado, tornando-se um fantoche nas mãos dos grupos sociais hegemônicos.

Para resolver este problema, um primeiro passo acha-se justamente na atitude de reassumir o seu compromisso ético no que tange ao enfrentamento dos problemas sociais, libertando-se dos resquícios de conservadorismo pelo medo de perder a sua posição social. Mas como? Combatendo idéias de que *não há alternativa contra o modelo vigente de sociedade*; aproximando-se mais dos lugares de vida das pessoas que mais sofrem procurando ouvir e dialogar com elas numa perspectiva efetivamente dialética, libertando-se do ranço de uma autoridade científica que desemboca em posturas autoritárias e arrogantes, como se somente o cientista fosse o *dono da verdade*; considerando a produção científica numa perspectiva de *discutibilidade* no que concerne aos seus próprios conceitos e categorias, isto é, considerando-a sempre como algo provisório porque sujeito ao erro como qualquer obra humana; enfim, primando, simultaneamente, pelas suas qualidades lógico-formais e políticas, teóricas e práticas.

Exercendo essas novas atitudes, seremos capazes de construir metodologias, por meio das quais chegaremos ao conhecimento, com base nas suas próprias fontes sociais e territoriais de existência, em suas diversas e multifacetadas situações históricas específicas. Só assim é que o conhecimento poderá ser legitimado:

[...] como mediação para o homem bem conduzir sua existência. Cabe-lhe o compromisso de evidenciar a intencionalidade de nossa existência, para orientá-la rumo a uma qualidade de vida que esteja à altura de nossa dignidade de pessoas humanas. É por isso que se diz que seu compromisso é com a construção da cidadania, entendida esta hoje como a única forma decente de sermos plenamente humanos. (SEVERINO, 2002, p.13)

Do contrário, segundo Santos (1988, p.18-19),

Quando a ciência se deixa claramente cooptar por uma tecnologia cujos objetivos são muito mais econômicos que sociais, ela se torna tributária dos interesses da produção e dos produtores hegemônicos e renuncia a toda vocação de servir a sociedade. Trata-se de um saber instrumentalizado [...]. As ciências sociais não fazem exceção nesse contexto. O mesmo movimento também as deformou e descaracterizou. Nunca é demais insistir no risco representado por uma ciência social monodisciplinar, desinteressada das relações globais entre os diferentes vetores de que a sociedade é constituída como um todo.

Em outras palavras, esta ciência social monodisciplinar e desinteressada compromete-se apenas com a realidade existente, não a problematizando e, por esta razão, fazendo-a permanecer tal como é. Em assim sendo,

O modo capitalista de pensar, enquanto modo de produção de idéias, marca tanto o senso comum quanto o conhecimento científico. Define a produção das diferentes modalidades de idéias necessárias à produção das mercadorias nas condições da exploração capitalista, da coisificação das relações sociais e da desumanização do homem. [...] subjuga quem não é capitalista, invertendo o sentido do mundo e dando uma direção conservadora e reacionária à ação que deveria construir a sociedade transformada, desvinculando e contrapondo entre si o saber e a prática. (MARTINS, 1986, p.IX-X) (itálicos no original)

Em definitivo, devemos superar o problema da fragmentação entre teoria e prática, resgatando a idéia da relevância da ciência social como um todo complexo e mediante uma postura ética. Com efeito, na medida em que passamos a considerar o papel efetivamente social que a ciência possui, a partir de métodos vinculados às reais condições sociais e territoriais das pessoas em sua própria existência, conseguiremos fazer algo diferente. Para o quê, reiteramos, é necessário levar em conta a dimensão espacial – dialeticamente vinculada às dimensões social, cultural, política, econômica etc. – no processo de produção de territórios mais humanos, segundo o contínuo movimento histórico. É assim que pensamos poder contribuir ao debate acerca da construção de uma metodologia socioterritorialmente coerente com relação aos espaços vividos dos movimentos sociais, quitando assim a dívida ressaltada nesta seção.

POR UMA METODOLOGIA SOCIALMENTE PERTINENTE

O nosso interesse por este tema surgiu quando nos aproximamos mais de perto das práticas de experiências concretas de movimentos socioterritoriais ³ no espaço urbano do município do Recife; e, por conseguinte, quando começamos a dialogar diretamente com os atores desses movimentos em seu pleno processo de ocupação de uma área da cidade com vistas à conquista do seu direito à cidade, indo, portanto, muito além do mero

³ Apesar de conhecermos a distinção entre *movimentos socioespaciais* e *movimentos socioterritoriais* que faz Pedon (2009), preferimos, neste texto, não discuti-la em profundidade, mas apenas recolocá-la para o conhecimento dos colegas que ainda não a conhecem, isto é: o movimento socioespacial é, segundo ele, uma forma de mobilização social para gerir determinadas demandas num determinado espaço e sem buscar introduzir nenhum elemento novo, enquanto que o “[...] movimento socioterritorial pode ser considerado como uma forma de organização da classe trabalhadora, tendo por base os grupos populares ou as camadas populares excluídas e subordinadas”. (Ibid., p.183) É ainda um movimento que “[...] corresponde a uma categoria de mobilização coletiva mais restrita do que o movimento socioespacial, isso ocorre porque sua principal demanda está voltada a conquista do território ou [...] da soberania por parte de um grupo sobre um espaço apropriado ‘podendo ser [...] de governança’ ”. (Ibid., p.184)

acesso à moradia: trata-se, mais especificamente do caso do espaço vivido da “Comunidade” Josué de Castro (CASTILHO, 2011).

Com efeito, foi no decorrer desta *proximidade geográfica* com relação aos problemas efetivos inerentes ao nosso objeto de estudos que nos demos conta de que ainda temos que nos esforçar muito para elaborar e implementar metodologias e métodos por meio dos quais possamos compreender a natureza da geograficidade dos movimentos sociais, dando visibilidade e explicando a lógica das novas práticas socioterritoriais capazes de reagir de modo diferente aos imperativos “homogeneizadores” vinculados à racionalização instrumental dos interesses mercadológicos; considerando que vivemos em uma sociedade perversa produzida por um processo de desenvolvimento desigual que, muitas vezes, reage violentamente contra a espontaneidade do povo.

Tanto é que, ao início desta experiência, por mais que tivéssemos conhecimento das “teorias dos movimentos sociais”, sentimo-nos um pouco perdidos quando, enquanto grupo de pesquisa ⁴, passamos a desenvolver atividades de *comunicação* ⁵ no referido espaço vivido. Diante deste problema, procuramos construir uma metodologia de pesquisa que fosse mais pertinente no que tange ao entendimento do papel dos movimentos socioterritoriais na conquista do direito à moradia e, concomitantemente, na produção de espaços de vida efetivamente humanos. Ademais, sempre em contínuo processo de construção e revisão, esta metodologia parte, portanto, da realidade territorial vivida pelos seus próprios sujeitos – os movimentos sociais e os seus participantes – em sua complexidade e totalidade, no sentido de avaliar em que medida essas práticas estão de fato promovendo mudanças concretas em termos de qualidade política das suas ações, repercutindo, por sua vez, na qualidade do espaço produzido.

Nesse sentido, a metodologia que estamos construindo parte da *análise territorial dos movimentos sociais* na sua *práxis*. Ela possui como principal objetivo, a partir da atuação direta do pesquisador – da ciência – no seio do processo de produção de espaços vividos e junto com os seus próprios sujeitos, avaliar em que medida existe de fato, no referido processo, movimentos socioterritoriais, isto é, processos conjuntos de ocupação, apropriação e construção de lugares efetivamente novos. Uma perspectiva analítica que,

⁴ Vinculado ao Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, este grupo de pesquisa chama-se Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU).

⁵ De acordo com a crítica já feita há décadas por P. Freire, nós recusamos considerar as atividades do MSEU numa perspectiva de pura *extensão* visto que não se produz conhecimento estendendo aos espaços vividos o conhecimento produzido na academia; mas, trabalhando neles, numa perspectiva dialógica, a partir dos embates entre conhecimento científico e senso comum.

em vez de limitar-se em apontar causalidades, procura entender a realidade em seu contexto histórico-geográfico global:

A questão não é, pois, de levar em conta causalidades, mas contextos. A causalidade poria em jogo as relações entre elementos, ainda que essas relações fossem multilaterais. O contexto leva em conta o movimento do todo. [...] somente através do movimento do conjunto, isto é, do todo, ou do contexto, é que podemos corretamente valorizar cada parte e analisá-la, para, em seguida, reconhecer concretamente esse todo. Essa tarefa supõe um esforço de classificação. (SANTOS, 1985, p.11)

Para efetivar a aproximação dos pesquisadores do MSEU com o movimento socioterritorial em epígrafe, elaboramos e implementamos um projeto de ação intitulado: OFICINA COM OS MORADORES DE “JOSUÉ DE CASTRO”: PENSANDO A CIDADE A PARTIR DO TERRITÓRIO VIVIDO: A CIDADE VISTA DO LADO DE CÁ! Este projeto possui três objetivos gerais: desenvolver a compreensão sobre o que é a cidade, identificar os principais sujeitos sociais que influem no processo de construção da cidade e estimular uma reflexão sobre o papel dos movimentos sociais na construção da cidade que se imagina e deseja construir. Objetivos que se acham intrinsecamente articulados entre si, na medida em que, ao se entender o que é a cidade, podemos compreender como acontece o seu processo de construção, bem como o papel desempenhado pelos seus principais agentes hegemônicos.

Com isso, os sujeitos ocupantes podem identificar as intencionalidades dessas ações, confrontando-as com as suas próprias e formando uma autoconsciência – sem dirigismos e/ou tutelas – capaz de fazê-los compreender por eles mesmos a importância da sua organização social a partir das suas próprias experiências territoriais de vida. E é claro que não precisamos lembrar que nós também aprendemos muito com este trabalho de comunicação, inclusive renovando não somente as nossas idéias e teorias, como também as nossas energias e utopias.

Poderíamos considerar esta metodologia como uma *metodologia alternativa* que, de acordo com Demo (1995), abrange, em seu conjunto, os seguintes tipos de trabalho e posturas, os quais nós consideramos como métodos: *pesquisa participante*, *avaliação qualitativa*, *hermenêutica*, *fenomenologia* e *outros saberes*, que, seguindo o raciocínio do autor, não excluem um ao outro e nem mesmo os métodos convencionais. Mas busca entender o processo social em sua totalidade, a qual está sempre em movimento em algum sentido. Vejamos abaixo em que consiste cada um desses tipos de método.

No que diz respeito à *pesquisa participante*, devemos ressaltar que ela parte da prática do pesquisador no seu contato direto com a realidade a ser abordada, mas sem

pretender subordinar a teoria, aproximando essas duas dimensões – prática e teórica – inerentes à construção do próprio conhecimento, no âmbito da própria dinâmica social e territorial das pessoas. Desse modo, este tipo:

[...] exige na mesma pessoa o pesquisador formalmente competente e o cidadão politicamente qualitativo [unindo teoria e prática]. É também o lugar do espaço educativo, em sentido político, tanto do pesquisador, quanto da comunidade. [...] Acredita-se que a prática é maneira de conhecer, nem sempre sofisticada como a teoria formal, mas por vezes mais adequada ao dia-a-dia da sociedade, que não pode apresentar para todo momento uma teoria do momento. [...] Equivale também a dizer que saber popular não substitui o conhecimento científico. (DEMO, 1995, p.239)

Com isso, seguindo o argumento de Demo (Ibid.), o conhecimento científico continua fundamental – do ponto de vista instrumental – porém só se tornando útil aos sujeitos concernidos quando passa a ser digerido pelos seus membros numa espécie de *autodiagnóstico*. É esse conhecimento que garante a elaboração e implementação de *estratégias de enfrentamento prático* dos problemas identificados, analisados e discutidos, para o quê, aliás, a própria *necessidade de organização política* visando ao combate das desigualdades existentes é colocada como relevante. Por isso é que, para ele, o *autodiagnóstico*, as *estratégias de enfrentamento prático* e a *necessidade de organização política* constituem os traços fundamentais da pesquisa participante.

Trata-se, efetivamente, de abandonar de vez com a prática do uso de um *método absoluto* cujo resultado principal reside na abstração ⁶ do movimento histórico, ou seja,

⁶ Segundo Marx (2002, p.190): “A *idéia abstrata*, a *idéia absoluta* que ‘considerada segundo o aspecto da unidade consigo mesmo é *intuição*’ [...], que ‘na sua própria verdade absoluta *decide* deixar o momento da sua particularidade ou da determinação e alteridade inicial, a *idéia imediata* como sua reflexão, *emergir livremente de si como natureza*’ [...]; toda esta *idéia*, que se comporta de forma tão específica e barroca, e causou aos hegelianos enormes dores de cabeça, nada mais é do que a *abstração*, ou melhor, o pensador abstrato. É a abstração que, clareada pela experiência e elucidada sobre sua verdade, decide, sob várias – falsas e ainda abstratas – condições, *abandonar-se* a si mesma e estabelecer a sua alteridade, o particular, o determinado, no lugar da sua auto-abstração, não-ser, universalidade e indeterminação; e que resolve deixar a *natureza*, que escondia em si como simples abstração, como uma entidade de pensamento, *emergir livremente de si*, ou seja, decide esquecer a abstração e observar a natureza livre da abstração. A *idéia abstrata*, que se torna *intuição* sem intermediação, nada é além do pensamento abstrato, que a si se abandona e se decide pela *intuição*. Toda esta transição da lógica para a filosofia da natureza constitui exclusivamente a transição do ato de *abstrair* para o ato de *intuir*, transição que para o pensador abstrato é extremamente difícil de realizar e que ele, portanto, só descreve assim em termos estranhos. O sentimento *místico*, que encaminha o filósofo do pensamento abstrato para a *intuição*, é o *tédio*, a expectativa de um conteúdo. (O homem alienado de si mesmo é da mesma forma o pensador alienado do seu ser, ou seja, da vida natural e humana. Por conseqüência, os seus pensamentos são espíritos que existem fora da natureza e do homem. [...])” (itálicos no original) Foi esta *idéia* que, detonou um processo de reflexão acerca da necessidade de libertar o conhecimento da sua abstração pura, considerando, assim, a necessidade de

defendemos que a ciência deve elucidar o movimento histórico que faz nascer relações sociais, econômicas, políticas etc. Desse modo,

[...] os metafísicos, que, fazendo tais abstrações, imaginam fazer análise, e que, à medida que se separam cada vez mais dos objetos, supõem aproximar-se deles a ponto de penetrá-los, esses metafísicos têm, por sua vez, razão em afirmar que as coisas aqui embaixo são simples bordados, cujas categorias lógicas constituem a entretela. [...] Dessa maneira, [...] idéias, [...] categorias são tão pouco eternas quanto às relações que expressam. São produtos históricos e transitórios. (MARX, 2007, p.132; p.137)

Utilizamos-nos, então, de elementos da *pesquisa participante* visando construir um espaço comum de debates para entendermos melhor a natureza do movimento socioterritorial promovido pelos seus atores em sua própria *práxis*, na busca de avaliarmos as possibilidades reais de novas dinâmicas territoriais na cidade. Os objetivos relativos ao projeto da oficina supramencionada foram delimitados de maneira a estimular os seus atores a conseguirem fazer *autodiagnósticos* da sua própria situação territorial cotidiana. E isso, principalmente, com vistas à avaliação, por eles mesmos, da necessidade de organização e mobilização política, permanentes, a fim de enfrentarem os problemas vivenciados na área ocupada e elaborarem estratégias ao enfrentamento prático desses problemas nas várias escalas do seu acontecer, frente a imperativos vinculados à necessidade da reprodução contínua do sistema vigente.

Paralelamente, lançamos mão da *avaliação qualitativa* das suas ações, na busca contínua de articular qualidade política e formal da pesquisa sobre o papel dos movimentos socioterritoriais na produção de espaços vividos mais humanos; e isto pretendendo responder a questões do tipo: quando podemos saber se os movimentos estudados estão num caminho socioterritorialmente coerente? Em que reside a qualidade política das suas ações? Quais as perspectivas concretas dessas ações tornarem-se fatores de mudança social concreta? Os *depoimentos*, *testemunhos* e *propostas*, em seu conjunto, constituem, segundo Demo (Ibid.), produtos típicos deste tipo de pesquisa, chegando-se a captar a relevância do conteúdo dos discursos e das práticas identificados *in loco*. Desse modo, não deixamos também de considerar a questão da *análise de conteúdo*, a qual

Não se refere, em primeiro lugar, ao conteúdo de um discurso, entendido como um discurso redigido formalmente. [...] refere-se em si a conteúdos da prática, deixando-se em plano secundário a roupagem final da elaboração discursiva. Assim, não importa tanto se a linguagem é gramaticalmente correta, se a expressão é confusa, se há contradição mais ou menos flagrante em termos de lógica. [...] Conteúdo, pois, será a

aproximá-lo da sua dimensão concreta, isto é, da vida, prática, experiência, enfim, das relações socioespaciais das pessoas no seu cotidiano.

implicação histórica concreta de vida das pessoas, os compromissos ideológicos em jogo, as lutas que envolvem o dia-a-dia, os fins que se perseguem, os resultados obtidos, e assim por diante. (Ibid., p.246)

Em assim sendo, o discurso pressupõe a dimensão da linguagem a qual, ligada a algum lugar específico da sua existência cotidiana:

[...] representa uma das objetivações fundamentais através das quais a prática social da vida quotidiana é transmitida. E é a partir da vida quotidiana, domínio do senso comum, que se pode fundamentar um discurso sobre a percepção do espaço. É aqui que o mundo é pré-selecionado e pré-interpretado em relação à reflexão científica (dos geógrafos, por exemplo). (BETTANINI, 1982, p.78)

Por meio do discurso sobre a percepção do espaço vivido pelos movimentos socioterritoriais, consegue-se identificar e analisar tipos diferentes de territorialidades dentre as quais destacamos aquelas oriundas, simultaneamente, do instituído e do vivido: a primeira implicando, muitas vezes, em violências que, segundo a racionalidade instrumental da sociedade global, impõem uma ordem que nega radicalmente o existente que não se submete aos seus propósitos; e a segunda dizendo respeito justamente a esse existente que, não se submetendo de todo aos interesses globais, procura reapropriar-se do espaço redescobrimdo novas práticas sociais de existência. O que nos aproximou, assim, ainda mais da idéia de *espaço vivido*, a qual:

[...] deixa de lado, portanto, a concepção geométrica de um só espaço uniforme para restabelecer as variedades de espacialidade; há, no espaço vivido, uma diversa modalidade de viver a noção de *distância*. Uma “distância-qualidade” que difere radicalmente da noção geométrica (“Intervalo que separa dois pontos do espaço...); em outras palavras, que nada tem de qualitativo. Ela diz respeito a “espaço livre” onde atividade e vida se expandem. Onde o indivíduo sente-se bem (“à vontade”) sem que se dê *contato imediato* entre o eu e o devir ambiente. (BETTANINI, 1982, p.116) (itálico no original)

Nesta mesma direção, defendendo a tese de que a proximidade que interessa ao geógrafo não é aquela que se limita a uma simples consideração de distâncias físicas entre pontos no espaço, mas aquela que se acha vinculada à idéia de contigüidade física entre pessoas nos seus próprios lugares de existência, vivendo intensamente suas inter-relações, Santos (1997, p.255) diz que é assim que: “[...] a proximidade ‘pode criar a solidariedade, laços culturais e desse modo a identidade’”. O que acontece no lugar, pois:

No lugar, nosso Próximo, se superpõem, dialeticamente, o eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando, definitivamente, as noções e as realidades de espaço e de tempo. No lugar – um cotidiano repartido entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se

individualiza; e porque a contigüidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. (Ibid.)

Ao mesmo tempo, tivemos que considerar, também, elementos do método da interpretação dos discursos e das práticas ligadas ao movimento socioterritorial observado na realidade da Ocupação Josué de Castro, em uma perspectiva mais abrangente. A esta metodologia podemos dar o nome de *hermenêutica*, a qual,

[...] dirige-se a compreender formas e conteúdos da comunicação humana, em toda a sua complexidade e simplicidade. O intérprete é sempre alguém dotado de bagagem prévia, porque ninguém consegue compreender a comunicação sem deter algum contexto relativo a ela, em sentido prévio. [...] É o diálogo no sentido mais legítimo do termo. [Como] o que o homem toca deixa de ser apenas 'dado' para emergir como referência histórica preñhe de sentido. Compreender tais sentidos, depreender tais significados, apreender preferências culturais é tarefa da hermenêutica, que precisa saber equilibrar capacidade formal com percepção política. (DEMO, Op. Cit., p.249)

Não podemos deixar de considerar, ainda, o sentido que se tem dado, de modo mais profundo, ao termo e à tarefa de interpretar. Dessa maneira, interpretar,

[...] em sentido restrito, é tomar uma posição própria a respeito das idéias enunciadas, é superar a estrita mensagem do texto, é ler nas entrelinhas, é forçar o autor a um diálogo, é explorar toda a fecundidade das idéias expostas, é cotejá-las com outras, enfim, é dialogar com o autor. [...] A primeira etapa de interpretação consiste em situar o pensamento desenvolvido na unidade na esfera mais ampla do pensamento geral do autor [...]. A seguir, o pensamento apresentado na unidade permite situar o autor no contexto mais amplo da cultura filosófica em geral, situá-lo por suas posições aí assumidas, nas várias orientações filosóficas existentes, mostrando-se o sentido de sua própria perspectiva e destacando-se tanto os pontos comuns como os originais. [...] Depois disso, já de um ponto de vista estrutural, busca-se uma compreensão interpretativa do pensamento exposto e explicitam-se os pressupostos que o texto implica. [...] O próximo passo da interpretação é a crítica. [...] O que se visa, durante a leitura analítica, é a formulação de um juízo crítico, de uma tomada de posição, enfim, de uma avaliação cujos critérios devem ser determinados pela própria natureza do texto lido. (SEVERINO, Op. Cit., pp.56-57)

Afinando ainda mais a coexistência dos métodos que fazem parte de uma metodologia alternativa, consideramos também alguns elementos da *fenomenologia*. Esta pretende, segundo Demo (Op. Cit.), *compreender a realidade social em sua intimidade*, colocando o homem como um ator de uma sociedade concreta que é cotidiana, a do homem comum “[...] que organiza sua vida pelo senso comum, pelo conhecimento

imediatista que é patrimônio cultural da maioria.” (Ibid., p.250) Trata-se, na realidade, de uma forma de interpretação da vida cotidiana das pessoas na sua própria existência, ocupando, apropriando-se e organizando os seus espaços de vida. Desse modo:

A vida quotidiana – “o mundo da vida” – é o terreno de fundamentação de onde se origina toda formação de sentido e, portanto, também, a ciência. Esta função “é ocultada pela sua extrema e invasora obviedade, pelo seu estar sempre aqui” [...]. Esta consciência passou também através dos seguidores de Lukács – dentro do pensamento marxista. Agnès Heller reconhece à vida quotidiana o papel de *fermento* da história, de “mediadora para o não-quotidiano” do qual é “a escala preparatória” [...]. Os espaços da vida quotidiana, portanto, podem representar um ponto de partida.” (BETTANINI, 1982, p.122)

O que, por sua vez, pode ser útil à compreensão dos comportamentos das pessoas nos seus próprios espaços de existência, avaliando perspectivas de humanização desses espaços, não como positivities inquestionáveis, mas como imaginação e criação. Dessa maneira:

Estudar o vivido significa superar a dimensão do espaço-extensão, ou espaço-suporte das atividades, para acolher a noção de representação do espaço, como espaço construído através do olhar das pessoas que o vivem-habitam. Como espaço produzido pelos valores e pela ideologia (cultural, social, econômica) (Ibid., p.118)

Por último, também consideramos elementos do método dos *saberes alternativos* pelo qual Demo valorizou a *sabedoria* como um conhecimento que tem origem, sobretudo, na prática, fazendo coincidir o que se fala e o que se faz, na busca da *felicidade*; o *bom senso* que significa ter sensibilidade para intuir soluções possíveis e adequadas para os problemas constatados; e a *utopia* que argumenta contra os fatos visando à possibilidade da reconstrução da realidade.

Com isso, notamos que cada um dos tipos de métodos ligados à *metodologia alternativa* acima considerada contribui, em seu conjunto complexo, para o conhecimento da totalidade dos processos sociais e territoriais no seu próprio acontecer histórico. Nesta perspectiva, procuramos contribuir para a construção de caminhos metodológicos mais humanos os quais, vinculados ao conjunto das necessidades, intenções e vivências da dinâmica dos sujeitos dos movimentos socioterritoriais, possam de fato ser úteis ao pensar e fazer diferentes. Ainda durante as décadas de 60 e 70 do século XX, quando o processo de globalização começava a consolidar-se e sofisticar-se cada vez mais, M. Santos já nos indicava um ponto de partida a ser considerado nessa perspectiva. E isto com base em leituras de trabalhos de um eminente geógrafo francês, Maximilien Sorre, do que se chegou à idéia de quê:

Nas condições atuais [das referidas décadas] da economia universal, a região [espaços locais!] já não é uma realidade viva, dotada de coerência interna. Definida, sobretudo, do exterior, seus limites mudam em função dos critérios que lhe fixamos. Por conseguinte, a região não existe por si mesma. [...] Ora, os processos [...] são na maioria das vezes comandados do exterior e impostos aos homens e atividades num espaço determinado. A ausência de uma *autonomia regional* é paralela à falência da Geografia Regional considerada nos moldes clássicos. (SANTOS, 1986, p.10) (itálicos no original)

Do que suscitou a elaboração e discussão, pelo mesmo pensador, dos conceitos de *espaço derivado* e *espaço alienado*, os quais são de suma relevância para o entendimento e a elucidação acerca da natureza e das possibilidades de conflitos e cooperação existentes em cada área pesquisada: país, região, metrópole, cidade, bairro, localidade etc.

No âmbito desta preocupação, destacamos, ao mesmo tempo, a necessidade de desenvolvimento de uma técnica que, segundo Santos (1982; 1985; 1986), constituía uma “técnica específica da geografia”, muito embora esta técnica tenha sido usada, também, por outros campos do conhecimento científico: essa tensão entre forças externas (as que buscam manter os espaços mais valorizados para os interesses do capital) e internas (as que impõem os seus interesses àqueles oriundos de outros lugares), em uma permanente relação violenta de imposição em que as primeiras tornam-se mais fortes, não se coadunando com as segundas, suscita ações de oposição e reação.

Ainda que tal oposição não seja explícita, as diferenças de comportamento resultantes da “idade” diferente das variáveis presentes podem se apresentar como elementos de resistência. A própria “autonomia” da evolução dos fatores internos localmente amalgamados pode constituir uma barreira, mais ou menos eficaz, às transformações de origem não-local. (SANTOS, 1985, p.78)

O que não pode deixar de ser considerado no processo da construção do nosso futuro trabalho de pesquisa e ação, indicando as diferenciações territoriais que provêm desse jogo de tensões. Buscando então fazer uma cartografia socialmente pertinente, fundamentando-se na experiência francesa de elaboração dos “atlas regionais”, Santos (1986) argumentou o seguinte:

Essa nova cartografia testemunha a dificuldade para encontrar soluções adequadas aos problemas de representação que se colocam, mas ao mesmo tempo estimula a imaginação e abre um novo caminho graças à elaboração de mapas parciais, representativos de problemas simples ou complexos, suscetíveis de explicitar, conjuntamente, é verdade, mas com clareza e exatidão. (Ibid., p.48)

De lá para cá, muito se avançou no sentido da elaboração deste tipo de cartografia, do que se engendrou um conjunto de técnicas e resultados que têm sido úteis no que diz

respeito à criação de formas de representação dos vários problemas sociais em diversas partes do mundo. No caso do Brasil, podemos citar a este respeito diversos tipos desta forma de representação: “atlas de desenvolvimento humano”, “atlas da pobreza” etc. O que tem sido usado não somente para o maior entendimento dos problemas socioterritoriais, como também para buscar resolvê-los a partir de ações de gestão e planejamento.

Uma coletânea de trabalhos escritos por geógrafos, urbanistas, engenheiros ambientais, técnicos em geoprocessamento e outros, numa perspectiva interdisciplinar, trouxe uma contribuição interessante para a reflexão sobre a tarefa de uma geoinformação socialmente pertinente. Podemos sintetizar esta contribuição, colocando a seguinte idéia:

[...] não basta somente a confecção de mapas digitais coloridos, ilustrando, por exemplo, a exclusão social de determinada cidade por quantis; é fundamental que, com o auxílio de técnicas apropriadas de análise espacial, possam-se extrair tendências do padrão de manifestação da exclusão social de forma contínua no espaço. Ou ainda, não é suficiente apenas mapear a ocorrência de crimes em um sistema georreferenciado, deve-se também estudá-los de forma dinâmica, entendendo sua proliferação no espaço e no tempo em articulação com inúmeras variáveis socioeconômicas e biofísicas, e como as estradas podem atuar como vetores de expansão da criminalidade. [...] Nesse ponto reside o desafio da geoinformação em gestão urbana e regional, que se pode definir como um paradigma emergente na pesquisa multi e interdisciplinar que se dedica a explorar a extrema complexidade de problemas socioambientais em um ambiente de Sistemas de Informações Geográficas (SIGs). [...] a geoinformação não se limita ao uso de técnicas computacionais para solucionar problemas espaciais, mas se refere, ao contrário, a uma forma totalmente nova de fazer ciência em um contexto geográfico. (ALMEIDA, CÂMARA E MONTEIRO, 2007, p.13)

Apesar dessa coletânea ter se orientado principalmente para a resolução de problemas mais ligados às *deseconomias de aglomeração* das regiões metropolitanas e grandes cidades brasileiras, buscando soluções para resolver limitações ao equilíbrio do modelo social existente, esta preocupação não inviabiliza a sua importância social. E isto porque, em promovendo um entendimento mais preciso da real natureza do processo de produção dos diversos espaços vividos nas cidades e nos campos, as populações menos favorecidas também terão acesso aos conhecimentos gerados pela geoinformação, adquirindo, assim, meios mais precisos à elaboração dos seus projetos de vida. Projetos que poderão ser discutidos no âmbito do próprio planejamento participativo ou fora dele, na medida em que os seus protagonistas acharem-se discriminados.

Desse modo, a *aproximação geográfica* com relação à experiência ora em questão, munida de um arsenal de métodos socioterritorialmente coerentes com a realidade efetiva dos espaços vividos dos movimentos sociais, permitiu-nos compreender melhor a

complexidade da realidade social e territorial dos seus atores. E isto sem cairmos em um ecletismo inconseqüente, mas, tal como dissemos em outro artigo, “[...] juntando e articulando os seus [da realidade vivida pelos movimentos sociais] fragmentos de modo a recuperar a complexidade [socioterritorial] em sua totalidade.” (CASTILHO, 2005)

O PAPEL DA GEOGRAFIA EM UMA METODOLOGIA SOCIOTERRITORIALMENTE PERTINENTE

A geografia constitui um campo de estudos muito útil no tratamento do processo de produção social do espaço vivido dos movimentos sociais, notadamente no que diz respeito à construção de metodologias socioterritorialmente pertinentes. O que ocorre na medida em que os sujeitos sociais sempre usam, de modo dialético, contraditório e solidário, uma porção do espaço geográfico – território – para realizar as suas intencionalidades de acordo com os propósitos contextuais vigentes.

Levando em consideração o nível simbólico – psicossférico – desse processo de produção espacial, mediante uma perspectiva multidimensional e interdisciplinar, temos uma proposta fundamental à construção de uma prática científica efetivamente diferente da que tem acontecido na realidade, isto é, sem preocupações com a sua contextualização socioterritorial e afastada dos problemas sociais. Do ponto de vista procedimental, convém, então, ressaltar que:

Ao mesmo tempo em que se instala uma tecnosfera dependente da ciência e da tecnologia, cria-se, paralelamente, e com as mesmas bases, uma psicofera. A tecnosfera se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio e, desse modo, freqüentemente traduz interesses distantes; desde, porém, que se instala, substituindo o meio natural ou o meio técnico que a precedeu, constitui um dado local, aderindo ao lugar como uma prótese. A psicofera, reino das idéias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário. Ambas – tecnosfera e psicofera – são locais, mas constituem um produto de uma sociedade bem mais ampla que o lugar. Sua inspiração e suas leis têm dimensões mais amplas e mais complexas. (SANTOS, 1997, p.204)

Daí a consolidação dos processos de aproximação, também, entre os diversos campos do conhecimento científico, sob parâmetros efetivamente transdisciplinares e interdisciplinares, no âmbito da história das práticas socioterritoriais. Com efeito:

É pela intervenção da história e da sociologia que a geografia humana irá se definir até originar um campo interno próprio: *a geografia social*, que tende a privilegiar o grupo humano e em seguida o espaço. Os desequilíbrios territoriais não são mais, a esta altura, condições naturais, mas espelho de uma divisão social que passa através e no interior dos Estados. É este o itinerário que a geografia humana percorre consolidando a própria ótica *diversa* com o projeto de “ajudar o homem a tomar em suas mãos o próprio destino”: tornando-se, assim, *ciência subversiva*. (BETTANINI, 1982, p.61) (itálicos no original)

Convém insistir na idéia da construção de uma metodologia socioterritorialmente pertinente dos espaços vividos dos movimentos sociais a fim de que façamos da ciência uma tarefa humana efetivamente útil às práticas cotidianas das pessoas no seu existir, ao mesmo tempo individual e coletivo. Na medida em que consideramos essas práticas na sua complexidade e totalidade, teremos condições efetivas de entender a natureza e a lógica dos movimentos da sociedade – nos e a partir dos territórios vividos – em seu acontecer permanente. Daí por que acreditamos que a pertinência à qual nos referimos tem tudo a ver com uma questão teleológica do processo de conhecimento, o que pode ser resumido na colocação logo abaixo:

Há um sentido em que as coisas que fazemos só adquirem significação se sabemos [qual é a] sua finalidade: [...] Explicar alguma coisa em função da pergunta *para quê?* É compreendê-la em função de seus propósitos, objetivos, finalidades. Explicações desse tipo se chamam *teleológicas* [...]. (ALVES, 2005, p86)

Como ponto de partida, definimos o espaço geográfico, objeto de estudo da geografia, como instância social intrinsecamente ligada e relacionada com as demais instâncias inerentes à dinâmica histórica da sociedade no seu existir, querendo isto dizer que:

[...] a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual. Assim, temos, paralelamente, de um lado, um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua *configuração geográfica* ou sua *configuração espacial* e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, na sua continuidade visível, isto é, a paisagem; de outro lado, o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo, isto é, todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento. (SANTOS, 1985, pp.1-2)

É desse modo que, reiteramos, a geografia pode dar uma contribuição fundamental, numa perspectiva, evidentemente, interdisciplinar junto com os demais campos do conhecimento científico. A pesquisa geográfica, pelo seu próprio caráter, possui como ponto de partida, uma preocupação da realidade concreta da sociedade –

considerando, ao mesmo tempo, suas dimensões reais (o que de fato existe: os níveis do físico, do tecnosférico) e virtuais (o que se pensa sobre o que se faz e sobre o viver, como se reage ao que não corresponde às expectativas coletivas, o que poderia ser, mas com os *pés no chão*: os níveis do simbólico, do psicoférico) (LEFEBVRE, 1999) – aproximando-se dos espaços vividos das pessoas no seu próprio cotidiano territorial, inclusive, de lutas. O que ocorre no sentido de entender esse cotidiano em permanente processo de mudança, contribuindo para intervenções em algum sentido diferente, a caminho do *melhor*. Por isso, devemos já de cara deixar claro que:

Na verdade, o espaço geográfico considerado como uma porção bem delimitada do território é tanto o teatro das ações da sociedade local quanto das influências externas e até mesmo estrangeiras, cujo peso nem sempre é perceptível à primeira vista. É todo o problema da influência dos fatores de “macrodecisão” – os Estados e as grandes firmas –, cuja força depende da escala espacial própria de cada um, mas que exercem uma influência certa na distribuição dos homens, dos equipamentos e das atividades. (SANTOS, 1986, p.62)

Desse modo, o que também se faz relevante refere-se ao refletir e pesquisar em que medida se está avançando na direção de se fazer valer, ao mesmo tempo e com o mesmo poder de decisão, a influência também dos *fatores de microdecisão*, ou seja, aqueles capazes de mudar a lógica imperativa da concretização, principalmente, dos interesses dominantes. Temos, então, que definir como meta a de contribuirmos à construção de contra-territórios que venham a reforçar as práticas de contestação dos sujeitos socioterritoriais, visando à submissão dos imperativos do crescimento econômico aos interesses efetivos dos *homens simples*, para o quê, faz-se necessário valorizar as suas territorialidades simbólico-culturais específicas.

E isto adotando como métodos de pesquisa tarefas que – como as de observação, descrição e análise dos processos sociais de vida e atividades – sejam capazes de identificar os sujeitos e as ações predominantes e pertinentes ao objeto da pesquisa, no seu próprio acontecimento histórico-geográfico, organizando e usando os seus territórios como lugares da sua existência. Com o uso desses métodos, no âmbito de uma metodologia socioterritorialmente pertinente, é que se consegue reconstituir a base real por meio da qual o espaço é produzido, identificando os sujeitos socioterritoriais presentes nos lugares observados, as suas ações, os resultados dessas ações e as condições gerais das territorialidades investigadas, reconstituindo a estrutura da forma espacial existente. Com isso, poder-se-á, enfim, elucidar a realidade apreendida a fim de explicar e entender a natureza filosófica do processo de produção espacial pelas diversas ações sociais que se acham ora em conflito ora em cooperação.

Do ponto de vista da operacionalização das categorias e dos conceitos discutidos, com base nos princípios do conjunto dos métodos vinculados a uma *metodologia alternativa*, tal como apresentados na seção anterior, recorreremos a um “esquema operacional” que Santos (1988) nos apontou no momento em que tratou dos fundamentos teóricos e metodológicos da geografia, sob a ótica da “situação atual” do espaço. Esquema que complementa aquele dos níveis tecnosféricos e psicossféricos do processo de produção espacial no curso do seu próprio acontecer. Em assim sendo, nas suas próprias palavras:

A formulação de um cenário de organização espacial exige duas séries paralelas de preocupações: a) o conhecimento da situação presente, isto é, dos elementos que explicam a situação atual, nos seus aspectos genéticos e presentes. Isso nos dá igualmente o conhecimento dos processos subjacentes à realidade e deve, também, permitir reconhecer tendência; b) fixação de metas, construídas sob a base de inter-relações prováveis. [...] Desse modo, a peça essencial do estudo será a análise da situação atual em que não apenas sejam identificados os aspectos de estrutura, mas também as tendências aparentes ou escondidas atrás do presente. (Ibid., p.115)

Para a efetivação da análise da situação atual da realidade espacial estudada, tem-se que considerar ainda, segundo Santos (1988), quatro princípios básicos, a saber: um estudo formal (estatístico e documental); uma análise de conteúdo; uma periodização de identificação das tendências; e uma definição da problemática atual. O primeiro, preocupando-se com as tarefas de entender a distribuição espacial das atividades humanas e, ao mesmo tempo, com os fluxos gerados por estas atividades; o segundo, com a caracterização da evolução do contexto e de suas variáveis identificando as suas causas, a distinção entre “evolução espontânea” ou “evolução planejada” e os seus efeitos recíprocos e as condições da evolução recente; o terceiro, as características e a identificação das tendências nascentes em cada período e das rupturas que marcam as mudanças de um período a outro e a identificação dos fatores de evolução e mutação e as suas principais consequências; e o quarto, a concentração geográfica das atividades e suas consequências, as atividades recentes ou não de controle externo e suas consequências, as perspectivas de uma evolução “espontânea” e os seus componentes especulativos, os diversos níveis do papel do Estado.

A consideração destes princípios básicos à análise da situação atual da realidade espacial, por estar fundada em fatos concretos “[...] nos indicará o melhor caminho de uma geografia que dê conta do real e tenha, assim, importante papel prospectivo”. (SANTOS, 1988, p.116-117) Claro que, não precisa repetir, considerando concomitantemente os princípios das citadas *metodologias alternativas*.

O PAPEL DE ASSESSORIA DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS NOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS

Antes de mais nada, vale ressaltar o fato da tradição da ciência social crítica brasileira no que diz respeito ao seu compromisso e envolvimento com atividades de militância explícitas ou implícitas junto às práticas dos sujeitos socioterritoriais ativos. O que se deve, talvez e sobretudo, à situação de precariedade e de injustiça territorial vivida por um número considerável de brasileiros. A este respeito:

Comme le fait remarquer Pécaut [...], en soulignant leur spécificité par rapport à d'autres pays, les intellectuels brésiliens "se sont mis collectivement depuis bien longtemps au service de l'exploration de la 'réalité nationale' et de la mise en forme de la société." [...] Au cours des vingt dernières années, après le retour à la démocratie, les spécialistes des sciences sociales ont contribué en tant que chercheurs et citoyens à penser les transformations et les difficultés de la société brésilienne, le mélange des genres étant largement pratiqué. [...] S'il est vrai, comme nous l'avons déjà souligné, que le thème de la participation populaire, vu sous l'angle des mouvements sociaux, est celui qui a occupé prioritairement l'agenda des chercheurs dans les années 1970 et 1980 [...], c'est celui de la violence urbaine qui s'est hissé au premier plan dans les années 1990. (VALLADARES, 2006, p.147)

E a nossa mais recente experiência, ora apresentada, vem a corroborar esse compromisso e envolvimento. Isto porque pensamos que as instituições públicas, e principalmente sob parâmetros inerentes a um imperativo ético, não podem deixar de desempenhar seu papel de analisar e interpretar dados e informações sobre os problemas sociais, com a finalidade de promover debates relevantes no que concerne ao processo de formação dos espaços vividos desejados pelos seus ocupantes.

No conjunto dessas instituições, acha-se justamente a Universidade. Neste sentido, entram em cena os grupos de pesquisa nela desenvolvidos, dentre os quais trataremos do caso particular da experiência ligada ao MSEU ⁷. Este grupo de pesquisa possui como objetivos principais pensar e refletir, promovendo debates sobre o papel dos movimentos socioterritoriais no processo de produção do espaço geográfico (no âmbito urbano, em

⁷ Apesar deste texto destacar a atuação do MSEU-UFPE, não se pode deixar de citar o nome de outros grupos e instituições de interesse público que atuaram no espaço vivido em questão: Núcleo de Assessoria Jurídica Popular da UFPE (NAJUP-UFPE), Forum de Ações Populares de Pernambuco (FAP), Associação dos Anistiados Políticos de Pernambuco (APAPE), Rede de Resistência Solidária, Associação Pernambucana de Mães Solteiras (APEMAS) etc.

princípio), identificando, ao mesmo tempo, as formas de uso deste espaço pelos sujeitos socioterritoriais que buscam construir seus espaços vividos tal como desejam.

Munidos dos métodos de pesquisa, apresentados anteriormente – pesquisa participante, avaliação qualitativa, hermenêutica, fenomenologia e outros saberes, associados aos da geografia – demos início ao nosso trabalho fomentando *in loco* a realização de discussões e debates sobre a própria ocupação Josué de Castro (realizados sempre na rua principal da área em tela), geralmente nos mesmos dias de ocorrência das Assembléias periódicas dos ocupantes, aproveitando-nos da maior presença de pessoas já reunidas anteriormente para discutirem seus problemas específicos referentes ao processo de construção do seu espaço vivido.

Deste modo, executávamos as atividades das oficinas, pensadas e construídas pelo conjunto dos membros do MSEU, após a realização daquelas reuniões, geralmente ocorridas às noites das terças-feiras, com o objetivo de, a partir dos pontos de pauta colocados em discussão pelos Coordenadores locais do movimento, darmos início ao nosso trabalho. O conteúdo dessas discussões, geralmente, girava em torno do que fazer para conseguirem a garantia do direito das famílias de permanecerem na área que haviam escolhido ocupar.

Daí por que as nossas oficinas, sempre numa perspectiva participante, (re) colocavam questões sobre a situação dos ocupantes na cidade, relacionando-a com o problema maior que vinham enfrentando naquele momento ⁸, ou seja, o da iminência de expulsão das famílias. Isto a partir da retomada de palavras-chaves pronunciadas pelos participantes das Assembléias a fim de não somente valorizar os seus próprios saberes, deixando-os mais à vontade com relação à nossa presença, como também de demonstrar-lhes o quanto eles mesmos já tinham conhecimento da sua situação e, ao mesmo tempo, do que fazer e escolher como caminhos para resolvê-los, de acordo com as reais necessidades do cotidiano do seu espaço vivido. A figura 1 ilustra, em parte, a dinâmica das oficinas realizadas *in loco* pelo MSEU, no que toca, sobretudo, ao incentivo à permanência do processo de mobilização socioterritorial local, mas com o apoio de *externalidades* comprometidas com a causa.

⁸ Esta angústia vivenciada pelos ocupantes teve seu início em setembro de 2008 – quando do início das atividades de ocupação – até maio de 2010 – quando conquistaram oficialmente, pelo menos, o direito de não serem expulsos da área – depois do que outros problemas passaram a ter prioridade no processo de consolidação do seu espaço vivido a exemplo do processo de construção das casas e do entorno. (CASTILHO, 2011)

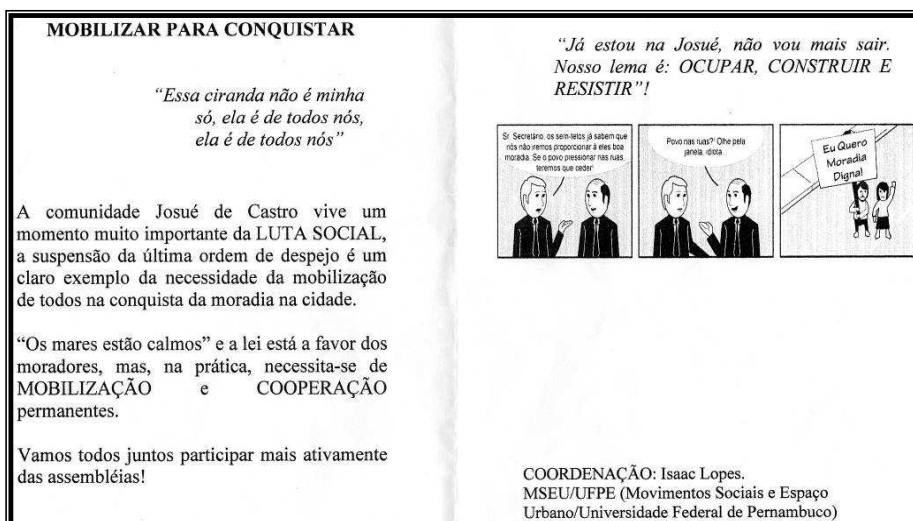


Figura 1: **Panfleto de mobilização na Ocupação Josué de Castro**

Fonte: Trabalho de autoria dos alunos do programa de graduação em geografia, membros do MSEU-UFPE, em 2010. Nota: convém dizer que todo o material produzido para a realização das atividades do MSEU, bem como os artigos por nós escritos sobre o processo de luta relativo à experiência da Ocupação Josué de Castro, sempre passaram pelo "filtro crítico" de membros do movimento.

No curso deste trabalho, entre os anos de 2009 e 2010, foram obtidos resultados preliminares significativos, dentre os quais destacamos: o reconhecimento do MSEU – da Universidade – como uma instituição pública que, como tal, atua na dimensão da cidadania, através da leitura e discussão do espaço vivido construído pelos movimentos socioterritoriais; envolvimento dos estudantes dos programas de graduação e pós-graduação em geografia da UFPE, membros do MSEU, em um processo real de aproximação com a prática teóricamente discutida em sala de aula, entendendo-o como parte relevante de um processo global de aprendizado e pesquisa; e a releitura dos movimentos socioterritoriais na atualidade, a partir da *proximidade geográfica* com o problema. Este último ponto tem reforçado e consolidado, concomitantemente, o desenvolvimento de indagações e estudos sobre a questão, nos cursos de geografia da UFPE (Recife).

Alguns desses estudos e indagações concretizaram-se em projetos de pesquisa, monografias e dissertações. Como ponto comum entre estes trabalhos, tem-se colocado, direta ou indiretamente, a seguinte questão: em que medida os movimentos socioterritoriais, em seus espaços vividos, têm conseguido obter conquistas substanciais capazes de construir o *espaço do cidadão*. O que é, por seu turno, uma condição *sine qua non* à construção de uma cidade, ou pelo menos, de territórios efetivamente mais justos? Isto apesar de termos a consciência de que, sob o capitalismo que temos, isso talvez seja "impossível" de ser concretizado.

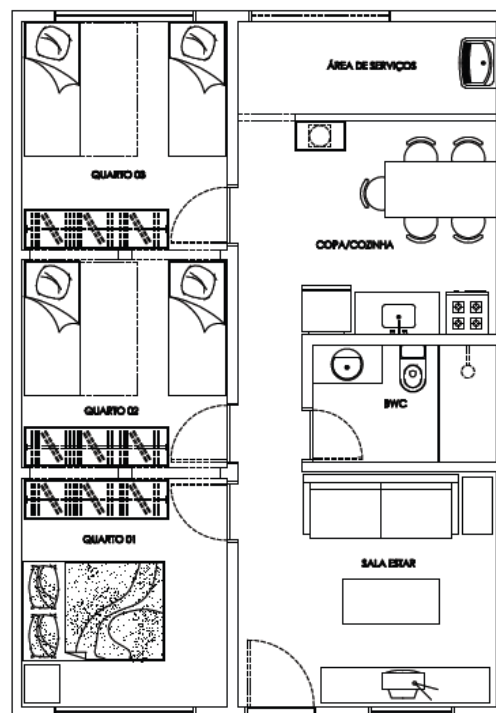
Da parte da Ocupação Josué de Castro, o trabalho do MSEU – junto com o de outros grupos de pesquisa criados no interior da própria UFPE – também tem sido visto como uma experiência profícua à dinâmica do movimento em epígrafe, não obstante os inúmeros problemas e as inúmeras dificuldades enfrentadas no processo. Em termos mais concretos, segundo “líderes” locais, as nossas oficinas foram úteis no que concerne ao apoio que demos nos campos do fomento a princípios de união, solidariedade e mobilização permanentes, visando à conquista definitiva do direito a permanecer no lugar escolhido por eles mesmos para construírem seus territórios e viverem.

Com efeito, a finalidade das oficinas coordenadas pelo MSEU seguiu o que estava sendo, naquele período, postulado por Zermeño (2009), isto é: a sua finalidade não era a de fragmentar e pulverizar as ações tal como tem sido feito pelas classes hegemônicas, mas a de reunir as pessoas a partir dos seus próprios territórios. O que foi realizado concretamente, na medida em que se conseguiu despertar nos próprios sujeitos socioterritoriais da Ocupação suas próprias capacidades e potencialidades para conhecerem, posicionarem-se e mobilizarem-se em torno dos seus problemas cotidianos. E isto com o propósito de recuperar, através de procedimentos dialógicos, a relevância de seus desejos e de suas atividades na construção, segundo Santos (1997), de *lugares fortes*.

De um ponto de vista diretamente voltado à construção efetiva do território dos ocupantes em epígrafe, o MSEU, a pedido dos próprios atores socioterritoriais do movimento em epígrafe, chegou a elaborar e apresentar um croquis relativo à construção do espaço coletivo e um outro à do espaço privado das famílias locais (figuras 2 e 3).



Fonte: Trabalho realizado em 2010, de autoria de alunas do curso de arquitetura do ESUDA, sob orientação da arquiteta e aluna do programa de pós-graduação em geografia da UFPE, Nancy Siqueira Nery, que também são membros do MSEU.



Fonte: Trabalho realizado em 2010, de autoria de alunas do curso de arquitetura do ESUDA, sob orientação da arquiteta e aluna do programa de pós-graduação em geografia da UFPE, Nancy Siqueira Nery, que também são membros do MSEU.

Vale ressaltar que os dois planos de construção do território local, apresentados acima, foram bem aceitos pelo movimento em seu conjunto, correspondendo a parte de suas expectativas. É verdade que, após a apresentação dos croquis, eles solicitaram a

realização de alguns ajustes, em decorrência das suas próprias necessidades, as quais somente eles teriam mesmo condições de apontar. O MSEU acatou as solicitações feitas pelos moradores, mas as obras não foram realizadas em virtude de uma série de problemas internos: tensões entre os moradores, esvaziamento do movimento, influência do tráfico de drogas etc.

Entretanto, após um lapso de cerca de oito meses a partir da apresentação deste trabalho ao movimento – novembro de 2010 –, a atual Coordenação da Ocupação Josué de Castro voltou a solicitar a retomada do trabalho do MSEU.

Este conjunto de ações reúne, portanto, algumas das características do papel desempenhado pela Universidade, a qual, como assessora dos procesos de construção dos espaços vividos, também pelos movimentos socioterritoriais, deve cumprir na sociedade. Com efeito, vale ressaltar que:

Corresponde a las universidades, igualmente, el establecimiento de redes de profesionales, de dependencias y de actores experimentados, así como la sistematización, acopio y crítica de todos estos ejercicios de regionalismo sostenible de manera que auxilie eficazmente en su labor de asesoría y seguimiento de las distintas experiencias (LABRA e ZERMEÑO, 2011, p.4).

Está claro, por outro lado, que, como já notamos, este processo é muito difícil de concretizar-se tal como desejamos – MSEU e moradores – na prática, ainda que haja esperanças ao nível psicossférico – da imaginação e das expectativas dos sujeitos envolvidas durante a construção do espaço vivido na Ocupação Josué de Castro.

Ademais, o tempo, muitas vezes, pode entravar qualquer processo de mudança nos casos dos movimentos socioterritoriais ora em questão. Em outras palavras, enquanto estávamos continuamente engajados no referido movimento, através da realização das oficinas do MSEU, os moradores continuaram mobilizados até à conquista do direito de não serem mais expulsos do seu território.

Após esta conquista, por uma série de razões, muitas instituições – inclusive o MSEU – reduziram o tempo da sua presença e os seus trabalhos na Ocupação. Além disso, demoramos a encontrar apoio técnico e científico à realização das tarefas concernentes, por exemplo, ao georreferenciamento da área, para a construção do plano urbanístico apresentado anteriormente ⁹.

Contudo, é justamente com base neste ambiente de cooperação, conquista e esperança, mas concomitantemente de competição, recuos e angústias, que vislumbramos

⁹ Agradecemos muito ao Prof. Dr. Jaime Mendonça do Departamento de Cartografia da UFPE, que, de pronto, aceitou esta tarefa como uma missão e sem regatear.

a construção de alternativas em termos de movimentos sociais e de espaços construídos. Problemática que tem que ser compreendida, também, como resultado da capacidade de criação e articulação do próprio povo em diferentes escalas do seu acontecer, concretizando ações capazes de, pelo menos, influírem em alguns aspectos da lógica atual de produção espacial das nossas cidades.

MAIS DO QUE UMA CONCLUSÃO: RESTITUIÇÃO DO PAPEL DA CIÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DE UMA METODOLOGIA CIENTÍFICA VOLTADA AOS ESPAÇOS VIVIDOS DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS

Diante do exposto, cabe dizer, voltando, sobretudo, a Alves (2005), a Demo (1995) e a Santos (1982, 1985, 1986, 1988, e 1997), que os cientistas que se especializam de modo exacerbado numa única técnica, almejando tornar-se “seres superiores”, destacados da sociedade, terminam reforçando mitos, os quais constituem um perigo à *criação de verdadeiras obras humanas*. E isto na medida em que induz comportamentos e inibe o pensamento criativo e inovador. Ao mesmo tempo, devemos considerar que:

A ciência é uma metamorfose do senso comum. Sem ele, ela não pode existir. E essa é a razão por que não existe nela nada de misterioso ou extraordinário. [...] Se a gente compreender o senso comum poderá entender a ciência com mais facilidade. E nada melhor para compreendê-lo que brincar com alguns problemas. (ALVES, 2000, p.14-15)

Nesta brincadeira, a própria escolha do objeto de pesquisa – sempre voltada à intervenção na busca de melhorar as condições de vida das pessoas – deve ser um processo relacionado com as necessidades fundamentais do contexto histórico-geográfico em que a pesquisa é desenvolvida. Com isto, a ciência deve ser coerente, notadamente, com as necessidades tecnosféricas e psicossféricas da sociedade. O que se faz ainda mais pertinente em cidades de fortes desigualdades socioterritoriais como as brasileiras dos nossos dias.¹⁰ Dessa maneira:

Do que já se disse sobre o sentido político da pesquisa conclui-se claramente que a escolha e a delimitação de um tema de pesquisa pressupõem sua relevância não só acadêmica, mas, sobretudo, *social*. Na sociedade brasileira, marcada por tantas e tão graves contradições, a questão da relevância social dos temas de pesquisa assume então um caráter de extrema gravidade. (SEVERINO, 2002, p.159) (itálico do autor)

¹⁰ Na nossa trajetória acadêmica, sempre buscamos realizar discussões, pesquisas e estudos que fossem pertinentes para contribuir ao entendimento da desigual realidade socioespacial urbana existente no nosso país, a fim de prover a sociedade em termos de elementos teórico-metodológicos encorajadores da mudança das precárias condições de vida em que vivem as suas populações.

Essa aproximação dos conhecimentos da ciência com os do senso comum faz-se interessante e necessária, porque a ciência isolada puramente positivista não acredita na emoção e no desejo como aspectos relevantes; o senso comum, ao contrário, nunca deixou de acreditar nesses aspectos sem os quais não se consegue criar e inovar.

Ser bom em ciência e no senso comum é ser capaz de inventar soluções. [...] A questão não é saber uma solução já dada, mas ser capaz de aprender maneiras novas de sobreviver. [...] isto é, a capacidade de aprender soluções novas para problemas novos. [...] O senso comum e a ciência são expressões da mesma necessidade básica, a necessidade de compreender o mundo, a fim de viver melhor e sobreviver. (ALVES, 2000, p.20-21)

Em outras palavras, a compreensão deste mundo não acontece apenas pela observação dos fatos em si buscando apenas analisá-los superficialmente, mas, simultaneamente, em uma perspectiva dialógica, pela apreensão da ordem invisível que se acha subjacente à aparência dos fatos. Foi nesta perspectiva que Rubem Alves falou que o *cientista é um caçador do invisível*. Para o quê, aliás, uma teoria e uma ação consequentes se fazem recursos fundamentais:

[...] ‘a teoria é indispensável a todo trabalho científico. Ela não é necessária somente para organizar as descobertas dos pesquisadores de maneira a lhes dar um sentido, porém, mais fundamentalmente, para determinar as questões que devem ser colocadas. O saber científico não aparece jamais como resultado espontâneo, por assim dizer, da pesquisa empírica bruta, mas somente sob a forma de soluções de problemas levantados; e tais soluções supõem um sistema coordenado de problemas estabelecidos de maneira lógica’. (MYRDAL *apud* SANTOS, 1986, pp.26-27)

Portanto, para nós, como sustentamos desde o início deste escrito, a ciência deve constituir uma ação social essencialmente dinâmica, inovadora e criativa; e isto, principalmente, porque ela sempre deve procurar acompanhar os movimentos do real, refletindo e construindo novos procedimentos teórico-metodológicos e contribuindo, através da indicação de “novas” questões, para produção de uma realidade socioespacial, pelo menos diferente da existente:

Os novos conhecimentos “científicos” apontam para o reino do possível, enquanto sua realização concreta pertence mais ao domínio das condições econômicas, culturais e políticas. Como o Futuro não é único, mas deve ser escolhido, são as ciências sociais que se tornam as ciências de base para uma construção voluntária da história. Como? Trata-se de alargar sua base filosófica de tal modo que as preocupações teleológicas não constituem obstáculo à fiel transcrição dos fenômenos. (SANTOS, 1988, p.21)

Diante do que acabamos de expor, por que motivo, então, não podemos, também, usar da nossa imaginação criativa (HARVEY, 2004) para o desenvolvimento de perspectivas radicais de mudanças sociais, formando verdadeiros *contra-territórios*? Lutas que, de acordo com Moreira (2007), ao referir-se a *contra-espacos*, representam formas novas e democráticas de produção de espaços, que devem se fortalecer para não sucumbirem aos imperativos de interesses alheios.

Para isto, precisamos concretizar uma mudança cultural significativa com relação às nossas posturas, simultaneamente intelectuais e práticas. Quando escrevemos “nossas posturas”, referimo-nos não somente ao MSEU e às demais instituições que se engajaram no processo de ocupação do território Josué de Castro, mas à coletividade das instituições públicas – Universidade. E isto porque nem todos os membros dessa Coletividade fazem valer seu compromisso público para com a própria sociedade que a sustenta.

A experiência do trabalho das oficinas realizadas pelo MSEU-UFPE na Ocupação em tela foi bastante interessante não apenas no que tange à sua contribuição, como instituição pública – que articula e facilita ações territoriais em andamento – no processo de construção de espaços vividos no âmbito dos movimentos sociais, bem como nos da construção e sistematização de metodologias e métodos socialmente pertinentes ao desenrolar desses processos sociais.

Contudo, temos consciência de que muitos caminhos teremos que percorrer no sentido de tornar essa metodologia e os métodos a elas relacionados mais dinâmicos e adequados à apreensão, análise e interpretação dos problemas que dizem respeito ao processo, ao mesmo tempo, difícil e incerto inerente à construção dos referidos espaços vividos. Para o quê, aliás, devemos, ainda, continuar colocando o nosso arsenal teórico-metodológico – construído e em construção, simultaneamente – em prova, discussão e avaliação pelos próprios sujeitos das nossas preocupações, isto é, os movimentos socioterritoriais nos seus próprios espaços vividos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Cláudia Maria de, CÂMARA, Gilberto, MONTEIRO, Antonio Miguel V. **Geoinformação em urbanismo: cidade real x cidade virtual**. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência. Introdução ao jogo e a suas regras**. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005. (leituras filosóficas)

- BETTANINI, Tonino. **Espaço e ciências humanas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (coleção geografia e sociedade; v.2)
- CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. **Juntando e articulando fragmentos, na busca da construção de uma metageografia**: a contribuição da geografia à teoria social crítica. *Revista de geografia*, v. 22, n. 1, jan./jun. 2005.
- _____. **Nuevos rumbos del activismo socio-espacial en Recife/PE. Comunidad Josué de Castro - ¡La esperanza de la construcción de un nuevo territorio!** *New Cultural Frontiers*, 2 (2011), pp.63-86.
- DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa**. 23ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. (coleção leitura)
- HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1999.
- MARTINS, José de Souza. **Sobre o modo capitalista de pensar**. 4ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- _____. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Martin Claret, 2007 (1847). (coleção a obra-prima de cada autor)
- MOREIRA, Ruy. **O espaço e o contra-espaço**: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, M. et al. *Território, territórios. Ensaio sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. (coleção espaço, território e paisagem)
- PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos socioterritoriais no Brasil**: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica. Tese (doutorado em geografia), UNESP, Presidente Prudente. 2009.
- QUAINI, Massimo. **A construção da geografia humana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.
- _____. **Espaço & método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. **Metamorfoses do espaço habitado. Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- VALLADARES, Licia. **La favela d'un siècle à l'autre**. Mythe d'origine, discours scientifiques et représentations virtuelles. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 2006.
- ZERMEÑO, Sergio. **La desmodernidad mexicana**. (Invitación a la lectura de um libro) (2007) *Estudios*, 81, pp.7-30, 2007.
- _____. **Movimiento social y cambio en Mexico y en America Latina**. (2009) In: MESTRIES, F., PLEYERS G., ZERMEÑO, S. **Los movimientos sociales. De lo local a lo global**. Barcelona: Anthropos, 2009

Artigo recebido em 16/08/2010 e aceito em 11/04/2012